




Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional
Agência Brasileira de Inteligência


TERMO DE REFERÊNCIA**PREGÃO ELETRÔNICO
(COMPRAS)**

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA
(Processo Administrativo n.º 00091.004552/2022-39)

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para eventual aquisição de mobiliários, para atender a Sede da ABIN, em Brasília/DF, Superintendências Estaduais e o órgão participante Polícia Civil do DF, em Brasília conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas na tabela abaixo:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	ÓRGÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Sofá 1 Lugar: Detalhamento: design <i>Le Corbusier</i> LC2, assento, encosto e braços em blocos de espuma em poliuretano indeformável D-33 Kg/m3, estrutura interna do assento e do encosto em madeira maciça pinus ou superior, antimofo e anticupim, revestimento em couro ecológico/sintético na cor preta, pés e estrutura metálica em tubos redondos dobrados e curvados característica do design <i>Le Corbusier</i> em tubos de aço inox 304, polido, com diâmetro de 25mm, estrado em perfilado inox com percintas elásticas. Medidas: largura interna 50cm, altura 70cm, altura do assento 45cm, espessura do braço 12cm.		458343	UNIDADE	ABIN - UASG 110120	24	4.225,33	101.407,92
						PCDF UASG 926015	24		101.407,92

2	Sofá 3 Lugares:Detalhamento: design <i>Le Corbusier</i> LC2, assento, encosto e braços em blocos de espuma em poliuretano indeformável D-33 Kg/m3, estrutura interna do assento e do encosto em madeira maciça pinus ou superior, antimofo e anticupim, revestimento em couro ecológico/sintético na cor preta, pés e estrutura metálica em tubos redondos dobrados e curvados característica do deisgn <i>Le Corbusier</i> em tubos de aço inox 304, polido, com diâmetro de 25mm, estrado em perfilado inox com percintas elásticas. Medidas: largura interna 151cm, altura 70cm, altura do assento 45cm		470187	UNIDADE	ABIN - UASG 110120	12	8.293,20	99.518,40
VALOR TOTAL ÓRGÃO GERENCIADOR ABIN - UASG - 110120								200.926,32
VALOR TOTAL ÓRGÃO PARTICIPANTE PCDF - UASG - 926015								101.407,92
VALOR TOTAL GLOBAL								302.334,24

1.1.1. Estimativa de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão participante:

Órgão Gerenciador: ABIN - 110120					
Item:	Descrição	Unidade de Media	Req.Mínima	Req Máxima	Quantidade Total
1	Sofá 1 lugar	unidade	1	24	24
2	Sofá 3 Lugares	unidade	1	12	12
Órgão Participante: Polícia Civil do DF - UASG 926015					
1	Sofá 1lugar	unidade	10	24	24

1.2. **Cota reservada:** Dada a necessidade de padronização de design e acabamento dos diversos móveis componentes, como forma de garantir uma estética e identidade visual apropriadas, é imperativo que os

elementos constituintes de tal conjunto provenham de um só fornecedor.

1.3. Não será estabelecida cota reservada para participação de ME/EPP/COOP pois o tratamento diferenciado representa prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado bem como pode não ser vantajoso para a Administração, em virtude da necessidade de padronização do mobiliário, obtida através da menor diversificação de fornecedores, bem como controle da garantia e desempenho dos itens de forma mais direta e ágil. O entendimento do TCU vai ao encontro da justificativa ora apresentada conforme se pode verificar no Acórdão 861/2013-Plenário:

“Outro argumento utilizado foi evitar a ampliação do número de fornecedores, com vistas a preservar o máximo possível a rotina das unidades, que são afetadas por eventuais descompassos no fornecimento dos produtos por diferentes fornecedores (p. 26, peça 20). Nessa linha, acrescento que, de fato, lidar com o único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação: fornecimento, vida útil do móvel e garantias dos produtos. O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública.”

LOCAL DE ENTREGA E QUANTIDADES ESTIMADAS PARA CADA SUPERINTENDÊNCIA E SEDE para a ABIN		ITEM 1	ITEM 2
1	SEDE	12	6
2	SETO - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL TOCANTIS	2	1
3	SESP - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL SÃO PAULO	8	4
4	SERJ - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL RIO DE JANEIRO	2	1
TOTAL		24	12

- 1.4. Todos os itens do participante PCDF, serão entregues em Brasília.
- 1.5. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da nota de empenho prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- 1.6. O detalhamento da pesquisa de preços encontra-se no relatório de pesquisa, documento sei nº 0591052que fará parte do processo licitatório.
2. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**
- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência
3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**
- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
4. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**
- 4.1. Trata-se de aquisição de bens comuns, a serem contratados mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os bens são comuns pois seus padrões de qualidade foram objetivamente definidos neste termo de referência, por meio de especificações usuais no mercado. A avaliação da natureza comum do bem foi realizada nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.
5. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**
- 5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações dos itens e também na Descrição dos Requisitos da Contratação (item 4 do Estudo Técnico Preliminar).
6. **ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**
- 6.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias** corridos, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única, nos seguintes endereços, conforme tabela abaixo:

NÚMERO	SUPERINTENDÊNCIA/SEDE	FISCAL TITULAR	FISCAL SUBSTITUTO	ENDEREÇO DE ENTREGA
1	SEDE	SORAYA ALEXANDRA COSTA E SILVA, CIF nº 11518	MARTA BRENDA SIQUEIRA CORTEZ, CIF 11516	Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 01, Divisão de Patrimônio, Bloco AA, CEP 70.610-905. Tel: (61) 3445-8004,
2	SETO - Superintendência Estadual Tocantis	Erisvan Araujo Fialho, CIF 12211	Elvis Wilians Damas Ferreira, CIF 11993	Avenida Teotônio Segurado, Quadra 202 Norte, Conjunto 01, Lote 03, Centro, CEP 77.006-214. Tel: (63) 3215-1488
3	SESP - Superintendência Estadual São Paulo	Tomaz Rodrigo Alves (CIF 10824)	Fernando Henrique Fujiki Sacchetto (CIF 10459)	Avenida Prestes Maia, nº 733, 20º andar, Luz, São Paulo-SP, CEP 01031-001.
4	SERJ - Superintendência Estadual Rio de Janeiro	Eliane Ferreira Gusmão, CIF 6716	Robson Cláudio Fiães Pinto, CIF 4078	Rio de Janeiro - Av. República do Chile, 230, 16º andar, Centro Emp. Castelo Branco, Bairro - Centro, CEP 20.031-170, Tel: (21) 4009-9400, CNPJ: 01.175.497/0029-42

6.2. **Órgão Participante** - Endereço de entrega para a PCDF - POLÍCIA CIVIL DE BRASÍLIA :

6.2.1. SGON - Quadra 05, lotes 2/7 - Brasília/DF - Horário de entrega:) 09:00hs às 18:00hs de 2º a 6ª feira. Telefone 3207-4700

6.3. Os itens deverão ser entregues em suas embalagens originais, devidamente acondicionados e protegidos contra impactos, arranhões e sujeira.

6.4. Os itens deverão ser entregues montados no local, às custas e expensas da empresa fornecedora.

6.5. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidade

6.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que legislação assim o exigir, como nos casos de pneus e baterias etc.

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de **até 30 (trinta)** dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(<u>6 / 100</u>)	I = 0,00016438
----------	-----	--------------------	----------------

		365	TX = Percentual da taxa anual = 6
--	--	-----	-----------------------------------

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice geral de preços IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (1 - I^0) / I^1$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

13.9. Sobre o índice de preço escolhido: como não existe índice setorial ou específico para os itens licitados, utilizou-se o índice geral de preços IPCA/IBGE, pois é o índice oficial de monitoramento da inflação no Brasil.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Trata-se bens móveis que por suas características e forma de contratação não demandam exigir a garantia de execução que poderá onerar a contratação, tanto de forma administrativa quanto econômica.

15. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

15.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 21 (vinte e um) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. A garantia é exigida para que o valor investido pelo órgão e a durabilidade dos bens, sejam resguardados por pelo menos dois anos. Evitando-se gastos desnecessários, por compra de produtos de baixa qualidade e sem garantia. A garantia é comum para móveis de escritório no mercado.

15.2. A garantia deverá abranger defeitos de fabricação e desgastes prematuros não decorrentes de uso normal tais como: oxidação do aço, integridade da madeira, integridade das fitas de PVC, deformidade de plásticos.

15.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

15.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

15.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

15.6. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

15.7. *Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.*

15.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

15.9. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

15.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

15.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

15.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II - **Multa:**

(1) **moratória** de até 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20% (vinte por cento);

(2) **compensatória** de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

III - **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

V - **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

16.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

17.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

17.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

I - fornecimento de, no mínimo, 50% do quantitativo que se pretende contratar para cada item, durante o período de 12 (doze) meses.

II - Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação de diferentes atestados de fornecimento de mobiliários executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional a uma única contratação.

III - Para a comprovação do fornecimento pelo período de 12 (doze) meses, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 12 meses serem ininterruptos.

17.4. critérios de aceitabilidade de preços serão:

17.4.1. Valor Global: **302.334,24** (trezentos e dois mil reais trezentos e trinta e quatro reais e vinte e quatro centavos) para o lote 1, itens 1 e 2.

17.4.2. Valores unitários: conforme tabela do item 1 desse termo.

17.4.3. O critério de julgamento da proposta é o menor valor por item e menor valor global para o lote 1.

17.4.4. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. *A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.*

19. DA AMOSTRA

19.1. Após as fases de aceitação da proposta da empresa, poderá ser exigida da licitante, provisoriamente classificada em primeiro lugar, a apresentação de amostras para os itens aceitos .

19.2. A solicitação de amostra visa a verificar a qualidade dos bens licitados, atendimento das características exigidas e durabilidade dos bens.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

20.1. O custo estimado da contratação para o Órgão Gerenciador é de **R\$ 200.926,32 (duzentos mil novecentos e vinte e seis reais e trinta e dois centavos).**

20.2. O custo estimado da contratação para o Órgão Participante é de **R\$ 101.407,92 (cento e um mil quatrocentos e sete reais e noventa e dois centavos).**

21. ANEXOS

21.1. Estudo Técnico Preliminar, sei 0575174.

Brasília, 23 de maio de 2022

Documento assinado eletronicamente



Documento assinado eletronicamente por **SORAYA ALEXANDRA COSTA E SILVA, Chefe da Divisão de Almoxarifado e Patrimônio**, em 25/05/2022, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARTA BRENDA SIQUEIRA CORTEZ, Oficial Técnico de Inteligência**, em 25/05/2022, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.abin.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0619265** e o código CRC **70BFC5EC**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico - Compras
Atualização: Julho/2021

Referência: Processo nº 00091.004552/2022-39

SEI nº 0619265

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -